



**Projeto Pedagógico do Curso
de Pós-Graduação *Lato Sensu*
em Ciências Jurídicas Aplicadas às
Atividades do Ministério Público**

- EAD -

**Curitiba/PR
Abril/2023**

Mantenedora
GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA – e-MEC 18437
CNPJ: 32.163.997/0001-97

Mantida
GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO – e-MEC 1759

Credenciado pela Portaria Ministerial nº 1396, de 04/07/2001,
(publicada em Diário Oficial da União de 09/07/2001).

Credenciado pela Portaria Ministerial nº 827, de 22/03/2002,
(publicada no DOU em 27/03/2002).

Portaria de Recredenciamento nº 65, de 18 de janeiro de 2017,
(publicada no DOU em 19/01/2017).

Credenciamento em Gran Centro Universitário – UniBagozzi,
Portaria nº 402, de 03 de junho de 2022,
(publicada no DOU de 06/06/2022, Seção 1, Edição 106, Página 141).

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM CIÊNCIAS JURÍDICAS APLICADAS ÀS
ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Modalidade a Distância

1. Perfil Institucional

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR – IES

Quadro 1 – Identificação da Instituição de Ensino Superior – IES

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA: GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA, CNPJ: 32.163.997/0001-97
Endereço: Luiz Parigot de Souza, nº 961 Bairro: Portão Cidade: Curitiba UF: PR
CEP: 81.070-050 Telefone: (41) 3521-2727

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

1.1.1. Base Legal da Mantenedora

O Gran Centro Universitário é uma Instituição de Educação Superior (IES), mantida pelo Gran Centro Universitário LTDA. Trata-se de uma sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos. O Contrato Social da Mantenedora é registrado na Junta Comercial do Paraná, por meio do Registro nº 20227646223, datado de 09/11/2022, com o código de verificação nº 12214549000 e NIRE de nº 41208940492.

1.1.2. Base Legal da IES

Quadro 2 – Identificação da Mantenedora

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA	
Nome:	GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA
CNPJ:	32.163.997/0001-97
Código e-MEC:	18437
Endereço:	Rua Luiz Parigot de Souza, 961, Portão, Curitiba, PR, CEP: 81.070-050
Data da Fundação:	03 de dezembro de 2018
Natureza Jurídica:	Sociedade Empresária LTDA – Com fins lucrativos

DIRIGENTE DA MANTENEDORA					
Dirigente:	Gabriel Granjeiro				
Cidade:	Brasília	UF:	DF	CEP:	81.070-00
Fone:	(41) 3229-1181				

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

Quadro 3 – Identificação da Instituição Mantida

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO MANTIDA	
Nome:	GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO
e-MEC:	1759

DIRIGENTE DA INSTITUIÇÃO MANTIDA					
Reitor:	Gabriel Granjeiro				
Endereço:	Rua Caetano Marchesini, nº 952				
Cidade:	Curitiba - Paraná	UF:	PR	CEP:	81.070-050
Fone:	(41) 3521-2727		Fax:	(41)3521-2700	

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

1.2. PERFIL E MISSÃO DA IES

Missão: *Mudar vidas por meio da Educação e da Tecnologia.*

Visão: *Ser a plataforma tecnológica que mais impacta a educação brasileira.*

Valores:

- *Tudo se resume a pessoas servindo outras pessoas;*
- *Somos obcecados pelos nossos alunos;*
- *Inovação é obrigação;*
- *Integridade não tem preço;*
- *Aqui, estamos sempre no 1º dia.*

1.3. BREVE HISTÓRICO DA IES

1.3.1. O Gran Centro Universitário

O Gran, uma EdTech brasileira que tem como missão mudar a vida de seus alunos por meio da educação e da tecnologia. A companhia, que completou 10 anos em 2022, é jovem, mas já tem um histórico sólido e de destaque, inclusive internacional. Foi reconhecida como a 5ª empresa mais inovadora da América Latina pela FastCompany, possui tecnologia de ponta que tem democratizado o ensino em todo o país e alcançou números que denotam sua vasta expertise de oferecer educação e ferramentas de excelência, mudando a vida de dezenas de milhares de alunos na última década.

A paixão por mudar vidas é o eixo condutor para qualquer movimento feito pelo Gran e os meios dessa transformação são a educação e a tecnologia, com ferramentas de aprendizagem pensadas em levar o melhor conteúdo, aliado a instrumentos que potencializam o estudo e aceleram o aprendizado. Desta forma, as TICs (**Tecnologias de Informação e Comunicação**) são essencialmente valorizadas pelo Gran, pois geram o acesso ao conhecimento e multiplicam as possibilidades de interação, ensino e aprendizado à comunidade acadêmica que, munida dessas ferramentas, torna a aprendizagem ativa e passa a protagonizar o processo educativo.

1.4. VOCAÇÃO GLOBAL

Os princípios e as ações a serem delineadas são fundamentais para que o **Gran Centro Universitário** promova as alterações necessárias à implementação das mudanças na busca de uma Instituição que seja fruto, permanentemente, do engajamento de suas metas/objetivos propostos pela comunidade acadêmica **Gran**. Dentre os objetivos globais traçados, destacam-se:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar cidadãos e profissionais nas áreas de conhecimento em que atuar, aptos para a inserção nas respectivas carreiras e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, promovendo ações para sua formação continuada;
- incentivar a investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da criação e difusão da cultura e o entendimento do homem e do meio em que vive;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento pessoal, cultural e profissional e possibilitar sua correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- estimular o conhecimento dos problemas do mundo globalizado e, simultaneamente, prestar serviços especializados à comunidade, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade;
- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais e desenvolver ações afirmativas para a promoção de igualdade de condições com vistas à inclusão social.

2. Coordenação do Curso

Geilza Fátima Cavalcanti Diniz

Doutora em Direito pelo Uniceub (2014) e Mestra em Direito Público pela UFPE (2002). Juíza de Direito do TJDF, tendo sido aprovada em 1º lugar no concurso e com a maior média final da história do Tribunal. Autora de livros e artigos jurídicos. Professora de Processo Penal e Técnica de Sentença Criminal e Professora universitária (UFRR e Uniceub).

E-mail: geilzadiniz@gmail.com

Telefone: (61) 98112-7373

3. Dados do Curso

Nome do curso: CIÊNCIAS JURÍDICAS APLICADAS ÀS ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Modalidade: EAD

Carga horária: 420 h (disciplinas) + 40h (trabalho de conclusão de curso)

Periodicidade: oferta permanente

Período: 6 a 24 meses

4. Aspectos Gerais do Projeto Pedagógico

4.1. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

O Curso de Pós Graduação se revela imprescindível para quem tem o interesse no desenvolvimento das competências e habilidades aplicadas à atividade de Promotor de Justiça, com raciocínio jurídico destinado à interpretação e aplicação do direito, pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito, desenvolvendo capacidade de atuação de fiscal da ordem jurídica no Estado Democrático de Direito, propondo soluções e decidindo em consonância com os ditames constitucionais.

4.2. OBJETIVOS DO CURSO

Aprofundar os estudos na ciência jurídicas desenvolvendo habilidades relacionadas às atividades do Promotor de Justiça.

4.3. CONTRIBUIÇÕES PARA O EGRESSO

- a) Compreender a aplicação da Teoria do Direito Penal, Processual Penal e Legislação Penal Especial.
- b) Demonstrar e discutir as normas e princípios dos demais ramos do direito, com ênfase na atividade de promotoria de justiça.
- c) Promover estudos sobre as demais matérias essenciais à atividade prática do Ministério Público, dentre elas direito constitucional e administrativo.

4.4. PÚBLICO-ALVO

Bacharéis em Direito, advogados públicos e privados, servidores públicos em geral e em especial do Ministério Público estadual e federal.

4.5. FORMA DE INGRESSO

Matrículas vinculadas ao sistema Gran Cursos Online, atendendo ao pré-requisito legal.

5. Estrutura Curricular Do Curso

5.1. METODOLOGIA

Utilizar-se-á o método de exposição tradicional, por meio de aulas gravadas de disponibilizadas na Plataforma, bem como a aprendizagem focada no aluno, tornando-o ainda mais ativo, tendo o professor como facilitador.

Além disso, haverá aulas ao vivo, síncronas, e objetos de aprendizagem de modo a permitir maior interação entre o professor e os alunos, esclarecendo dúvidas e ampliando o diálogo.

5.2. MATRIZ CURRICULAR

Unidade Curricular		CH Horária
01	Direito Administrativo	60h
02	Direito Constitucional	70h
03	Direitos Humanos	20h
04	Direito Processual Penal I	30h
05	Direito Processual Penal II	30h
06	Atuação Prática Criminal do MP	15h
07	Direito Civil	25h
08	Direito Penal	30h
09	Direito Penal – Parte Especial	30h
10	Direito Processual Civil I	30h
11	Direito Processual Civil II	40h
12	Tutela dos Direitos Difusos e Coletivos	15h
13	Lei Complementar Institucional do MP	10h
14	Atuação Prática Cível do MP	15h
TOTAL DAS DISCIPLINAS		420 h/a
Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)		40 h/a
TOTAL DO CURSO		460 h/a

5.3. COMPONENTES CURRICULARES

Disciplina: DIREITO ADMINISTRATIVO

Carga horária: 60 h/a

Objetivos: Apontar com precisão dogmática a função administrativa do Estado e da Administração Pública. Apresentar os conceitos gerais de direito público e das instituições específicas do Direito Administrativo Brasileiro. Abordar sobre a estrutura programática, o conhecimento e o estudo da organização administrativa, da atividade administrativa e das garantias dos administrados.

Conteúdo programático: Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a Administração da Justiça.

Bibliografia básica:

DI PIETRO, Maria Silvia Zanella. Direito Administrativo. 23ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 17ª ed. São Paulo: Lumen Júris, 2012.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 22ª ed. São Paulo Malheiros, 2012.

Bibliografia complementar:

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Administrativo. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Curso de Direito Administrativo. 7ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 8ª ed. São Paulo: RT, 2004.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 32ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo. 14ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

Disciplina: DIREITO CONSTITUCIONAL

Carga horária: 70 h/a

Objetivos: Compreender importância da Constituição, seu papel de proeminência dentro da ordem jurídica brasileira e sua função enquanto documento legal estruturador do estado brasileiro. Demonstrar a relação indissolúvel entre o Direito Constitucional e as demais áreas do Direito.

Conteúdo programático: Direito constitucional. Natureza, conceito e objeto. Perspectiva sociológica. Perspectiva política. Perspectiva jurídica. Fontes formais. Concepção positiva. Constituição. Sentidos sociológico, político e jurídico; conceito, objetos e elementos. Classificações das constituições. Constituição material e constituição formal. Constituição garantia e constituição dirigente. Normas constitucionais. Poder constituinte: fundamentos do poder constituinte; poder constituinte originário e derivado; reforma e revisão constitucionais; limitação do poder de revisão; emendas à Constituição. Controle de constitucionalidade. Conceito e sistemas de controle de constitucionalidade. Inconstitucionalidade: por ação e por omissão. Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade. Fundamentos constitucionais dos direitos e deveres fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Direitos sociais, nacionalidade, cidadania e direitos políticos. Partidos políticos. Garantias constitucionais individuais. Garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos. Remédios do direito constitucional. Poder Legislativo: fundamento, atribuições e garantias de independência. Processo legislativo: fundamento e garantias de independência, conceito, objetos, atos e procedimentos. Poder Executivo. Forma e sistema de governo. Chefia de Estado e chefia de governo. Atribuições e responsabilidades do presidente da República. Poder Judiciário. Disposições gerais. Supremo Tribunal Federal. Superior Tribunal de Justiça. Tribunais regionais federais e juízes federais. Tribunais e juízes dos estados.

Funções essenciais à justiça. Defesa do Estado e das instituições democráticas. Segurança pública. Organização da segurança pública. Atribuições constitucionais da Polícia Federal. Ordem social. Base e objetivos da ordem social. Seguridade social. Educação, cultura e desporto. Ciência e tecnologia. Comunicação social. Meio ambiente. Família, criança, adolescente e idoso. Índios.

Bibliografia básica:

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Constitucional Descomplicado – 11ª Ed. São Paulo: Método, 2013.

BARROSO, Luis Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo – 4ª Ed. São Paulo: Saraiva; 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Col. Saraiva de Legislação. 49ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014

NUNES JUNIOR, Vidal Serrano; ARAUJO, Luiz Alberto David. Curso de Direito Constitucional – 18ª Ed. São Paulo: Verbatim, 2014.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo – 37º Ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

Bibliografia complementar:

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. 7. ed. Almedina, 2003.

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

Disciplina: DIREITOS HUMANOS

Carga horária: 20 h/a

Objetivos: Fomentar discussões sobre Direitos Humanos no âmbito da Segurança Pública e do Sistema de Justiça Criminal.

Conteúdo programático: Teoria geral dos direitos humanos: conceito; terminologia; eficácia vertical e eficácia horizontal; características; gerações de direitos. Afirmção histórica dos direitos humanos. Direitos humanos e responsabilidade do Estado. Direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro e na Constituição Federal de 1988. Natureza jurídica dos tratados internacionais de direitos humanos. Controle de convencionalidade. Interpretação e aplicação dos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos. Sistemas de proteção dos direitos humanos. Sistema global de proteção aos direitos humanos. Sistema interamericano de proteção aos direitos humanos. Declaração Universal dos Direitos Humanos (Resolução nº 217A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948). Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991). Lei 13.060/2014.10) Resolução da ONU nº 34/169 de 1979 – Código de Conduta para Policiais. Manual de Formação em Direitos Humanos para as Forças Policiais da ONU. Pacto de São José da Costa Rica.

Bibliografia básica:

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Direito das Organizações Internacionais. 4ª Ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

MORAES, Alexandre de. Direitos humanos fundamentais. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 6.ed. São Paulo: Max Limonad, 2004

Bibliografia complementar:

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. 11.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

COMPARATO, Fábio Konder. O papel da polícia no regime democrático. São Paulo: Mageart, 1996.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O papel da polícia no regime democrático. São Paulo: Mageart, 1996.

MIRANDOLA, Pico Della. A dignidade do homem. Texto integral, tradução, comentários e notas de Luiz Feracine. São Paulo: Escala, 2006.

MOORE, Mark Harrison. Policiamento comunitário e policiamento para solução de problemas. São Paulo: Edusp, 2003

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL I**Carga horária:** 30 h/a**Objetivos:** Desenvolver a capacidade estratégica de atuação, obedecendo os imperativos de um processo penal constitucional, com a produção de meios de prova eficientes, legais e legítimos que venham a confirmar ou a refutar as notícias criminais de fatos.**Conteúdo programático:** Direto processual penal. Princípios gerais, conceito, finalidade, características. Fontes. Lei processual penal: fontes, eficácia, interpretação, analogia, imunidades. Sistemas de processo penal. Inquérito policial. Histórico; natureza; conceito; finalidade; características; fundamento; titularidade; grau de cognição; valor probatório; formas de instauração; notitia criminis; delatio criminis; procedimentos investigativos; indiciamento; garantias do investigado; conclusão; prazos. Atribuições da polícia federal na persecução criminal: Lei nº 10.446/2002; jurisdição; competência; conexão e continência; prevenção; questões e procedimentos incidentes. Competência da justiça federal, dos tribunais regionais federais, do STJ e do STF, conflito de competência. Processo criminal: finalidade, pressupostos e sistemas. Ação penal. Conceito, características, espécies e condições. Sujeitos do processo: juiz, Ministério Público, acusado e seu defensor, assistente, curador do réu menor, auxiliares da justiça, assistentes, peritos e intérpretes, serventuários da justiça, impedimentos e suspeições. Juizados especiais criminais: aplicação na justiça federal. Termo circunstanciado de ocorrência; atos processuais; forma, lugar e tempo. Provas. Conceito, objeto, classificação e sistemas de avaliação. Princípios gerais da prova, procedimento probatório. Valoração. Ônus da prova. Provas ilícitas. Meios de prova: perícias, interrogatório, confissão, testemunhas, reconhecimento de pessoas e coisas, acareação, documentos, indícios. Busca e apreensão: pessoal, domiciliar, requisitos, restrições, horários. Prisão. Conceito, espécies, mandado de prisão e cumprimento. Prisão em flagrante. Prisão temporária. Prisão preventiva. Princípio da necessidade, prisão especial, liberdade provisória. Fiança. Sentença criminal. Juiz, Ministério Público, acusado e defensor, assistentes e auxiliares da justiça. Citação, intimação, interdição de direito. Processos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Sentença: coisa julgada, habeas corpus, mandado de segurança em matéria criminal. Processo criminal de crimes comuns e em leis especiais.**Bibliografia básica:**

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. Ônus da prova no processo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

BARROS, Marco Antonio de. A busca da verdade no processo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. 8. ed. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2020

Bibliografia complementar:

DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do processo. 15. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2013.

FERNANDES, Antonio Scarance. Processo penal constitucional. 6. ed., São Paulo: RT, 2010.

LOPES JUNIOR, Aury. Direito Processual Penal. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

PACELLI, Eugênio. Direito penal e processual penal contemporâneos. São Paulo: Atlas, 2019.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL II**Carga horária:** 30 h/a**Objetivos:** Desenvolver a capacidade estratégica de atuação, obedecendo os imperativos de um processo penal constitucional, com a produção de meios de prova eficientes, legais e legítimos que venham a confirmar ou a refutar as notícias criminais de fatos.**Conteúdo programático:** Direto processual penal. Princípios gerais, conceito, finalidade, características. Fontes. Lei processual penal: fontes, eficácia, interpretação, analogia, imunidades. Sistemas de processo penal. Inquérito policial. Histórico; natureza; conceito; finalidade; características; fundamento;

titularidade; grau de cognição; valor probatório; formas de instauração; notitia criminis; delatio criminis; procedimentos investigativos; indiciamento; garantias do investigado; conclusão; prazos. Atribuições da polícia federal na persecução criminal: Lei nº 10.446/2002; jurisdição; competência; conexão e continência; prevenção; questões e procedimentos incidentes. Competência da justiça federal, dos tribunais regionais federais, do STJ e do STF, conflito de competência. Processo criminal: finalidade, pressupostos e sistemas. Ação penal. Conceito, características, espécies e condições. Sujeitos do processo: juiz, Ministério Público, acusado e seu defensor, assistente, curador do réu menor, auxiliares da justiça, assistentes, peritos e intérpretes, serventuários da justiça, impedimentos e suspeições. Juizados especiais criminais: aplicação na justiça federal. Termo circunstanciado de ocorrência; atos processuais; forma, lugar e tempo. Provas. Conceito, objeto, classificação e sistemas de avaliação. Princípios gerais da prova, procedimento probatório. Valoração. Ônus da prova. Provas ilícitas. Meios de prova: perícias, interrogatório, confissão, testemunhas, reconhecimento de pessoas e coisas, acareação, documentos, indícios. Busca e apreensão: pessoal, domiciliar, requisitos, restrições, horários. Prisão. Conceito, espécies, mandado de prisão e cumprimento. Prisão em flagrante. Prisão temporária. Prisão preventiva. Princípio da necessidade, prisão especial, liberdade provisória. Fiança. Sentença criminal. Juiz, Ministério Público, acusado e defensor, assistentes e auxiliares da justiça. Citação, intimação, interdição de direito. Processos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Sentença: coisa julgada, habeas corpus, mandado de segurança em matéria criminal. Processo criminal de crimes comuns e em leis especiais.

Bibliografia básica:

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. Ônus da prova no processo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

BARROS, Marco Antonio de. A busca da verdade no processo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. 8. ed. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2020

Bibliografia complementar:

DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do processo. 15. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2013.

FERNANDES, Antonio Scarance. Processo penal constitucional. 6. ed., São Paulo: RT, 2010.

LOPES JUNIOR, Aury. Direito Processual Penal. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

PACELLI, Eugênio. Direito penal e processual penal contemporâneos. São Paulo: Atlas, 2019.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Disciplina: ATUAÇÃO PRÁTICA CRIMINAL DO MP

Carga horária: 15 h/a

Objetivos: Apresentar a estrutura do Ministério Público e sua atuação na área criminal. Elaborar peças práticas relativas à atuação do “parquet”. Compreender a atuação do Ministério Público como parte e como fiscal da ordem jurídica.

Conteúdo programático: Atuação do Ministério Público e seu fundamento constitucional. Origem e histórico do Ministério Público. Atuação do Ministério Público no âmbito cível: varas não criminais de atuação do MP. Atuação como custos legis. Atuação como parte. Atuação na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis. Prerrogativas. Prazo. Custas. Causas de suspeição e impedimento. Principais peças processuais.

Bibliografia básica:

MASSON, Cleber e VILHENA JR, Ernani. Prática Penal, Civil e Tutela Coletiva - Ministério Público. Editora Método. 2021

DIAS, Mario. Ministério Público brasileiro. Rio de Janeiro: Konfino, 1955.

BARRUFINI, José Carlos Toseti. O Ministério Público em face do Estado moderno. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

MAZZILLI, Hogo Nigro. Introdução ao Ministério Público. São Paulo: Saraiva, 1998.

_____. O acesso a justiça e o Ministério Público. São Paulo: Saraiva, 1998.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA JUNIOR, João Mendes de. Direito judiciário brasileiro. São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1960, p. 77.

BARRUFINI, José Carlos Toseti. O Ministério Público em face do Estado moderno. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. Historia constitucional do Brasil: Brasília: OAB, 2002.

DINAMARCO, Candido Rangel. O Ministério Público na sistemática do direito brasileiro. *Justitia*, 61:161.

GARCIA, Carlos Bobadilla. O Ministério Público e a Constituição. *Justitia*, 131.

INCARATO, Marcio Antonio. O Ministério Público na ordem jurídico constitucional. *Revista de Informação Legislativa*, 1971.

LYRA, Roberto. *Theoria e pratica da promotoria pública*. Rio de Janeiro: Jacintho, 1937.

MARQUES, J.B. de Azevedo. *Direito e democracia o papel do Ministério Público*. São Paulo: Suarez, 1990.

Disciplina: DIREITO CIVIL

Carga horária: 25 h/a

Objetivos: Apontar com precisão dogmática o Direito Civil em seus elementos básicos, modalidades, atos, inter-relações e implicações.

Conteúdo programático: Aplicação da Lei no Tempo e no Espaço. Interpretação da Lei. Analogia. Diálogo das Fontes. Princípios Gerais do Direito e Equidade. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Das pessoas. Das pessoas naturais. Das pessoas jurídicas. Do domicílio. Capacidade civil e direitos inerentes à personalidade. Emancipação. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/15). Da remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante. Estatuto do Idoso. Estatuto da Criança e do Adolescente. Dos bens. Dos bens considerados em si mesmos. Dos bens reciprocamente considerados. Dos bens públicos. Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Dos atos jurídicos lícitos. Dos atos ilícitos. Da prescrição e da decadência. Da prova. Do direito das obrigações. Das modalidades das obrigações. Da transmissão das obrigações. Do adimplemento e extinção das obrigações. Do inadimplemento das obrigações. Da responsabilidade civil. Das preferências e privilégios creditórios. Desconsideração da Personalidade Jurídica. Dos contratos em geral. Das várias espécies de contrato. Dos atos unilaterais. Da promessa de recompensa. Do pagamento indevido. Do enriquecimento sem causa. Função social dos contratos. Princípios contemporâneos do direito contratual. Boa-fé e boa-fé objetiva. Dirigismo contratual. Contratos por adesão na relação cível. Da compra e venda. Pactos adjetos da compra e venda. Da doação. Da locação de coisas. Do comodato e do mútuo. Da prestação de serviço. Da empreitada. Do depósito. Do mandato. Da corretagem. Do transporte. Do seguro. Da fiança. Arrendamento Mercantil. Do direito das coisas. Da posse. Dos direitos reais. Da propriedade. Da Laje, Multipropriedade, Imobiliária, Fundos de Investimento. Da superfície. Das servidões. Do usufruto. Do uso. Da Habitação. Do direito do promitente comprador. Do penhor, da hipoteca e da anticrese. A garantia do direito de propriedade em relação com sua função social e ambiental. Dos direitos de vizinhança. Do condomínio. Do condomínio edilício. Da propriedade resolúvel. Da propriedade fiduciária. Alienação fiduciária em garantia. Direito de Superfície. Do direito de família. Do direito pessoal. Do direito patrimonial. Da união estável. Da tutela e da curatela. Família e novas modalidades de família. Homoafetividade e união poliafetiva. Disposições constitucionais e infraconstitucionais. Proteção da pessoa dos filhos. Poder familiar. Alienação parental. Paternidade e filiação. Reconhecimento de paternidade e reconhecimento de paternidade post mortem. Reflexos jurídicos das técnicas contemporâneas de reprodução. Relações de parentesco. Adoção e adoção internacional. Do direito das sucessões. Da sucessão em geral. Da sucessão legítima. Da sucessão

testamentária. Do inventário e da partilha. Registros públicos. Registro civil das pessoas jurídicas e físicas. Registro de títulos e documentos. Registros facultativos e obrigatórios de imóveis. Da alienação fiduciária de coisa imóvel. Da impenhorabilidade do bem de família. Da cédula de produto rural. Da cédula hipotecária. Do condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. Dos contratos imobiliários. Da desapropriação por utilidade pública e por interesse social. Locação de imóveis urbanos. Mútuo. Promessa de compra e venda e loteamento. Seguros. Das pessoas jurídicas de direito privado, sem fim lucrativo. Direito Autoral.

Bibliografia básica:

GONÇALVES, Carlos Roberto: Direito Civil Brasileiro, Vol. I. São Paulo: Saraiva.
LOTUFO, Renan. Código Civil comentado. São Paulo: Saraiva.
NADER, Paulo: Curso de Direito Civil - Parte Geral. Rio de Janeiro: Forense.
STOLZE, Pablo e PAMPLONA FILHO, Rodolfo: Novo Curso de Direito Civil. São Paulo: Saraiva.
TARTUCE, Flávio. Direito Civil: Lei de Introdução e Parte Geral. São Paulo: Método.
VENOSA, Sílvio de Salvo: Direito Civil I. São Paulo: Atlas

Bibliografia complementar:

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson: Direito das Obrigações. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
DINIZ, Maria Helena: Teoria Geral das Obrigações. São Paulo: Saraiva.
GONÇALVES, Carlos Roberto: Direito Civil Brasileiro, Vol. II. São Paulo: Saraiva.
LÔBO, Paulo Diniz Netto: Teoria Geral das Obrigações. São Paulo: Saraiva.
PEREIRA, Caio Mário da Silva: Instituições de Direito Civil, Vol. II. Rio de Janeiro: Forense.
VENOSA, Sílvio de Salvo: Direito Civil, Vol. II. São Paulo: Atlas.
GONÇALVES, Carlos Roberto: Direito Civil Brasileiro, v. III: contratos e atos unilaterais. São Paulo: Saraiva.
GOMES, Orlando: Contratos. Rio de Janeiro: Forense.
PEREIRA, Caio Mário da Silva: Instituições de Direito Civil, v. III. Rio de Janeiro: Forense.
STOLZE, Pablo e PAMPLONA FILHO, Rodolfo: Direito Civil. Contratos. São Paulo: Saraiva
VENOSA, Sílvio de Salvo: Direito Civil, Vol. III. São Paulo: Atlas.

Disciplina: DIREITO PENAL

Carga horária: 30 h/a

Objetivos: Refletir sobre a complexidade estrutural e estruturante da sociedade moderna. Analisar as variantes da tipicidade, ilicitude e culpabilidade dos fatos. Empregar a teoria do delito no estudo de casos concreto.

Conteúdo programático: Introdução ao direito penal. Conceito, caracteres e função do direito penal. Princípios básicos do direito penal. Relações com outros ramos do direito. Direito penal e política criminal. A lei penal. Características, fontes, interpretação, vigência e aplicação. Lei penal no tempo e no espaço. Imunidade. Condições de punibilidade. Concurso aparente de normas. Teoria geral do crime. Conceito, objeto, sujeitos, conduta, tipicidade, culpabilidade. Bem jurídico. Tempo e lugar do crime. Punibilidade. Concurso de crimes e crime continuado. Teoria do tipo. Crime doloso e crime culposos. Crime qualificado pelo resultado e crime preterdoloso. Erro de tipo. Classificação jurídica dos crimes. Crimes comissivos e omissivos. Crimes de dano e de perigo. Punibilidade: causas de extinção da punibilidade. Iter criminis. Consumação e tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Ilicitude. Causas de exclusão da ilicitude: estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito. Teoria geral da culpabilidade. Fundamentos, conceito, elementos e conteúdo. Princípio de culpabilidade. Culpabilidade e pena. Causas de exclusão da culpabilidade. Imputabilidade. Erro de proibição. Concurso de agentes: autoria e participação; conduta delituosa; resultado; relação de causalidade; imputação. Teoria geral da pena. Cominação das penas. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas

de direitos. Regimes de pena. Pena pecuniária. Medidas de segurança. Aplicação da pena. Elementares e circunstâncias. Causas de aumento e de diminuição das penas. Fins da pena. Livramento condicional e suspensão condicional da pena. Efeitos da condenação. Execução penal. Extinção da punibilidade. Conceito, causas gerais e específicas, momentos de ocorrência. Prescrição: conceito, teorias, prazos para o cálculo da prescrição, termos iniciais, causas suspensivas ou impeditivas, causas interruptivas.

Bibliografia básica:

BUSATO, Paulo César. Direito penal: parte geral. 2. ed. São Paulo: Atlas. 2015

DIAS, Jorge de Figueiredo. Direito penal: parte geral: questões fundamentais: a doutrina geral do crime. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MASSON, Cleber. Direito Penal – Parte Geral. São Paulo: Metodo, 2020.

Bibliografia complementar:

BUSATO, Paulo César. Fundamentos para um direito penal democrático. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2013.

HASSEMER, Winfried. Persona, mundo y responsabilidad: bases para una teoría de la imputación en derecho penal; trad. Francisco Muñoz Conde e María del Mar Díaz Pita. Santa Fé de Bogotá – Colômbia: Editorial Temis S. A., 1999.

GOMES, Luiz Flávio. Norma e bem jurídico no direito penal: normas penais primárias e secundárias, normas valorativas e imperativas, introdução ao princípio da ofensividade, lineamentos da teoria constitucional do fato punível, teoria do bem jurídico-penal, o bem jurídico protegido nas falsidades documentais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002

ROXIN, Claus. Política criminal y sistema del derecho penal. Traducción e introducción de Francisco Muñoz Conde. 2.ª ed. Buenos Aires: Hammurabi, 2002.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. Direito penal brasileiro: teoria do delito: introdução histórica e metodológica, ação e tipicidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2010

Disciplina: DIREITO PENAL – PARTE ESPECIAL

Carga horária: 30 h/a

Objetivos: Refletir sobre a complexidade estrutural e estruturante da sociedade moderna. Analisar as variantes da tipicidade, ilicitude e culpabilidade dos fatos. Empregar a teoria do delito no estudo de casos concreto.

Conteúdo programático: Introdução ao direito penal. Conceito, caracteres e função do direito penal. Princípios básicos do direito penal. Relações com outros ramos do direito. Direito penal e política criminal. A lei penal. Características, fontes, interpretação, vigência e aplicação. Lei penal no tempo e no espaço. Imunidade. Condições de punibilidade. Concurso aparente de normas. Teoria geral do crime. Conceito, objeto, sujeitos, conduta, tipicidade, culpabilidade. Bem jurídico. Tempo e lugar do crime. Punibilidade. Concurso de crimes e crime continuado. Teoria do tipo. Crime doloso e crime culposos. Crime qualificado pelo resultado e crime preterdoloso. Erro de tipo. Classificação jurídica dos crimes. Crimes comissivos e omissivos. Crimes de dano e de perigo. Punibilidade: causas de extinção da punibilidade. Iter criminis. Consumação e tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Ilicitude. Causas de exclusão da ilicitude: estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito. Teoria geral da culpabilidade. Fundamentos, conceito, elementos e conteúdo. Princípio de culpabilidade. Culpabilidade e pena. Causas de exclusão da culpabilidade. Imputabilidade. Erro de proibição. Concurso de agentes: autoria e participação; conduta delituosa; resultado; relação de causalidade; imputação. Teoria geral da pena. Cominação das penas. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Regimes de pena. Pena pecuniária. Medidas de segurança. Aplicação da pena. Elementares e circunstâncias. Causas de aumento e de diminuição das penas. Fins da pena. Livramento condicional e suspensão condicional da pena. Efeitos da condenação. Execução penal. Extinção da punibilidade.

Conceito, causas gerais e específicas, momentos de ocorrência. Prescrição: conceito, teorias, prazos para o cálculo da prescrição, termos iniciais, causas suspensivas ou impeditivas, causas interruptivas.

Bibliografia básica:

BUSATO, Paulo César. Direito penal: parte geral. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015

DIAS, Jorge de Figueiredo. Direito penal: parte geral: questões fundamentais: a doutrina geral do crime. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MASSON, Cleber. Direito Penal – Parte Geral. São Paulo: Método, 2020.

Bibliografia complementar:

BUSATO, Paulo César. Fundamentos para um direito penal democrático. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2013.

HASSEMER, Winfried. Persona, mundo y responsabilidad: bases para una teoría de la imputación en derecho penal; trad. Francisco Muñoz Conde e María del Mar Díaz Pita. Santa Fé de Bogotá – Colômbia: Editorial Temis S. A., 1999.

GOMES, Luiz Flávio. Norma e bem jurídico no direito penal: normas penais primárias e secundárias, normas valorativas e imperativas, introdução ao princípio da ofensividade, lineamentos da teoria constitucional do fato punível, teoria do bem jurídico-penal, o bem jurídico protegido nas falsidades documentais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002

ROXIN, Claus. Política criminal y sistema del derecho penal. Traducción e introducción de Francisco Muñoz Conde. 2.ª ed. Buenos Aires: Hammurabi, 2002.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. Direito penal brasileiro: teoria do delito: introdução histórica e metodológica, ação e tipicidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2010

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

Carga horária: 30 h/a

Objetivos: Aprimorar os conhecimentos no âmbito do Processo Civil. Conhecer as novas mudanças ocorridas com a edição do novo código. Atender a demanda dos profissionais que atuam nesta área do conhecimento.

Conteúdo programático: Jurisdição: natureza; conceito; características; espécies; problemática da jurisdição voluntária; princípios; estrutura constitucional (Poder Judiciário, organização judiciária, atividade jurisdicional, atividades essenciais à justiça); equivalentes jurisdicionais (autotutela, autocomposição, mediação e arbitragem). Jurisdição constitucional das liberdades e seus principais mecanismos: habeas corpus no processo civil; mandado de segurança individual e coletivo; habeas data; ação popular; ação civil pública; natureza, conceitos, hipóteses de cabimento e detalhes procedimentais de cada modalidade. Competência. Conceito, critérios de distribuição, espécies. Identificação do foro competente. Modificações (conexão, continência, prevenção), perpetuatio jurisdictionis, conflitos positivos e negativos. Competência interna e internacional (concorrente e exclusiva), homologação de sentença estrangeira. Competência da Justiça Federal. Tutela. Tutelas jurídica e jurisdicional; tutelas processual e satisfativa; tutelas inicial e final. Tutelas de urgência: conceito, espécies, extensão, profundidade. Antecipação dos efeitos da tutela: natureza, conceito, características e limites. Tutela cautelar: natureza e conceito; distinção em relação à antecipação de tutela. Poder geral de cautela. Cautelares inominadas: pressupostos, espécies, procedimento cautelar. Cautelares nominadas (detalhes e procedimentos): arresto, sequestro, caução, busca e apreensão, exibição, produção antecipada de provas, protestos, notificações e interpelações, atentado.

Bibliografia básica:

MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de Direito Processual Civil: Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento. De Acordo com o Novo CPC. v.1. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. v.1. 25 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de Processo Civil - Teoria Geral do Processo. v.1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

LEAL, Rosemiro Pereira. Teoria Geral do Processo. Rio de Janeiro: Forense, 2014. (livro eletrônico)

Bibliografia complementar:

FUX, Luiz. Novo Código de Processo Civil Temático. São Paulo: Editora Mackenzie, 2015.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Candido Rangel. Teoria Geral do Processo. 31 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro: Teoria Geral do Processo e Auxiliares da Justiça. v.1. São Paulo: Saraiva, 2013.

FUHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Resumo de Processo Civil. 37 ed. São Paulo, Malheiros, 2012.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil: Fundamentos do Processo Civil e Serviços Auxiliares da Justiça. v.1. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL II

Carga horária: 40 h/a

Objetivos: Aprimorar os conhecimentos no âmbito do Processo Civil. Conhecer as novas mudanças ocorridas com a edição do novo código. Atender a demanda dos profissionais que atuam nesta área do conhecimento.

Conteúdo programático: Jurisdição: natureza; conceito; características; espécies; problemática da jurisdição voluntária; princípios; estrutura constitucional (Poder Judiciário, organização judiciária, atividade jurisdicional, atividades essenciais à justiça); equivalentes jurisdicionais (autotutela, autocomposição, mediação e arbitragem). Jurisdição constitucional das liberdades e seus principais mecanismos: habeas corpus no processo civil; mandado de segurança individual e coletivo; habeas data; ação popular; ação civil pública; natureza, conceitos, hipóteses de cabimento e detalhes procedimentais de cada modalidade. Competência. Conceito, critérios de distribuição, espécies. Identificação do foro competente. Modificações (conexão, continência, prevenção), perpetuatio jurisdictionis, conflitos positivos e negativos. Competência interna e internacional (concorrente e exclusiva), homologação de sentença estrangeira. Competência da Justiça Federal. Tutela. Tutelas jurídica e jurisdicional; tutelas processual e satisfativa; tutelas inicial e final. Tutelas de urgência: conceito, espécies, extensão, profundidade. Antecipação dos efeitos da tutela: natureza, conceito, características e limites. Tutela cautelar: natureza e conceito; distinção em relação à antecipação de tutela. Poder geral de cautela. Cautelares inominadas: pressupostos, espécies, procedimento cautelar. Cautelares nominadas (detalhes e procedimentos): arresto, sequestro, caução, busca e apreensão, exibição, produção antecipada de provas, protestos, notificações e interpelações, atentado.

Bibliografia básica:

MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de Direito Processual Civil: Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento. De Acordo com o Novo CPC. v.1. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. v.1. 25 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de Processo Civil - Teoria Geral do Processo. v.1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

LEAL, Rosemiro Pereira. Teoria Geral do Processo. Rio de Janeiro: Forense, 2014. (livro eletrônico)

Bibliografia complementar:

FUX, Luiz. Novo Código de Processo Civil Temático. São Paulo: Editora Mackenzie, 2015.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Candido Rangel. Teoria Geral do Processo. 31 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro: Teoria Geral do Processo e Auxiliares da Justiça. v.1. São Paulo: Saraiva, 2013.

FUHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Resumo de Processo Civil. 37 ed. São Paulo, Malheiros, 2012.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil: Fundamentos do Processo Civil e Serviços Auxiliares da Justiça. v.1. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

Disciplina: TUTELA DOS DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

Carga horária: 15 h/a

Objetivos: Estudar e analisar no âmbito processual e do direito material as estruturas fundamentais dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos especialmente a que compõe o direito constitucional à tutela jurídica ampla, irrestrita, efetiva e tempestiva (art. 5º, XXXV, LXXVIII, e seu § 1º, da CF/88).

Conteúdo programático: Definição de Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Sistemática de aplicação dos direitos de tutela coletiva e de tutela individual homogênea. Aspectos constitucionais a respeito dos direitos coletivos e individuais homogêneos. 1.3 Estudo no direito comparado sobre a estrutura dos direitos coletivos. As últimas reformas do CPC em relação ao processo individual e coletivo. O modelo do Direito Processual Coletivo brasileiro. 2.2 A aplicabilidade limitada e condicionada do CPC no plano dos processos coletivos. A coisa julgada no processo civil brasileiro e sua incidência sobre o processo coletivo. Aspectos da segurança jurídica e da coisa julgada nos processos coletivos e de direitos individuais homogêneos. Aplicação do Código de defesa do Consumidor aos Direitos Difusos, coletivos e individuais homogêneos. Execução coletiva. Delimitação conceitual. A falta de corpo legislativo próprio e a insuficiência do CPC para reger a execução coletiva. Execução coletiva no Código de processo Civil Brasileiro. Execução coletiva em relação aos direitos difusos. Execução coletiva em relação aos direitos coletivos em sentido estrito. Execução coletiva em relação aos direitos individuais homogêneos.

Bibliografia básica:

MANCUSO, Rodolfo. Interesses difusos: conceito e legitimação para agir. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MIRANDA, Jorge. Manual de direito constitucional. Tomo 3. Coimbra: Coimbra Editora, 1998.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. Porto Alegre. Livraria do Advogado, 1998.

Bibliografia complementar:

ASSIS, Araken de; MOLINARO, Carlos Alberto; MILHORANZA, Mariângela Guerreiro. Processo coletivo e outros temas de direito processual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

MANCUSO, Rodolfo Camargo de. Comentários ao Código de Proteção ao Consumidor. Coordenado por Juarez de Oliveira. São Paulo: Saraiva, 1991.

_____. Ação civil pública: em defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos consumidores. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

PRADE, Péricles. Conceito de interesses difusos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

ZAVASCKI, Teori Albino. Processo coletivo. Tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

Disciplina: LEI COMPLEMENTAR INSTITUCIONAL DO MP

Carga horária: 10 h/a

Objetivos: Aprimorar os conhecimentos sobre a legislação institucional do Ministério Público, poderes e deveres do promotor de justiça, conhecer sobre o Conselho Nacional do Ministério Público.

Conteúdo programático: Princípios institucionais, organização e atribuições do Ministério Público. Carreira, deveres, direitos, prerrogativas e garantias dos membros do Ministério Público. Regime disciplinar. O Conselho Nacional do Ministério Público. - Lei 8.625/1993 - Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (LONMP)

- Lei Complementar 75/1993 - Estatuto do Ministério Público da União
- Resoluções 181/2017 e 183/2018 do CNMP - Dispõe sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do MP
- Estatuto de Roma

Bibliografia básica:

- MAZZILLI, Hugro Nigro. Manual do Promotor de Justiça. São Paulo: Saraiva, 2010.
- ALBERTON, José Galvani. O Ministério Público e os abusos do poder administrativo. Justitia, São Paulo, PGJ/APMP, 131-A:113.
- ALMEIDA FILHO, Amaro Alves de. Formas de atuação do Ministério Público no cível. Justitia, São Paulo, PGJ/APMP, 101:135.
- ARRUDA DE PAULA, Paulo Norberto. Propostas a respeito de atribuições do Ministério Público. Anais do I Congresso do Ministério Público, São Paulo, 1:199, 1973.
- ASSIS, Jacy. O Ministério Público no processo civil. Justitia, São Paulo, PGJ/APMP, 123:40.
- BUENO TORRES, Carlos Francisco. O Ministério Público e a ética. Justitia, 114:116.

Bibliografia complementar:

- CUNHA, Renan Severo Teixeira da. O Ministério Público na execução penal. In: Curso sobre a reforma penal. São Paulo, Saraiva, 1985.
- DIAS, Mário. Ministério Público brasileiro. Rio de Janeiro, Konfino, 1955.

Disciplina: ATUAÇÃO PRÁTICA CÍVEL DO MP

Carga horária: 15 h/a

Objetivos: Apresentar a estrutura do Ministério Público e sua atuação na área criminal. Elaborar peças práticas relativas à atuação do “parquet”. Compreender a atuação do Ministério Público como parte e como fiscal da ordem jurídica.

Conteúdo programático: Atuação do Ministério Público e seu fundamento constitucional. Origem e histórico do Ministério Público. Atuação do Ministério Público no âmbito cível: varas não criminais de atuação do MP. Atuação como custos legis. Atuação como parte. Atuação na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis. Prerrogativas. Prazo. Custas. Causas de suspeição e impedimento. Principais peças processuais.

Bibliografia básica:

- MASSON, Cleber e VILHENA JR, Ernani. Prática Penal, Civil e Tutela Coletiva - Ministério Público. Editora Método. 2021
- DIAS, Mario. Ministério Público brasileiro. Rio de Janeiro: Konfino, 1955.
- BARRUFINI, José Carlos Toseti. O Ministério Público em face do Estado moderno. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.
- MAZZILLI, Hogo Nigro. Introdução ao Ministério Público. São Paulo: Saraiva, 1998.
- _____. O acesso a justiça e o Ministério Público. São Paulo: Saraiva, 1998.

Bibliografia complementar:

- ALMEIDA JUNIOR, João Mendes de. Direito judiciário brasileiro. São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1960, p. 77.
- BARRUFINI, José Carlos Toseti. O Ministério Público em face do Estado moderno. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.
- BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. História constitucional do Brasil: Brasília: OAB, 2002.
- DINAMARCO, Candido Rangel. O Ministério Público na sistemática do direito brasileiro. Justitia, 61:161.
- GARCIA, Carlos Bobadilla. O Ministério Público e a Constituição. Justitia, 131.
- INCARATO, Marcio Antonio. O Ministério Público na ordem jurídico constitucional. Revista de Informação Legislativa, 1971.
- LYRA, Roberto. Theoria e pratica da promotoria pública. Rio de Janeiro: Jacintho, 1937.
- MARQUES, J.B. de Azevedo. Direito e democracia o papel do Ministério Público. São Paulo: Suarez, 1990.

5.4. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação do desempenho escolar será feita por disciplina, por meio de provas no sistema Gran Cursos, e terá por base o sistema de notas em valores numéricos, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) ponto, considerando-se aprovado(a) aquele que alcançar a nota mínima de 70(setenta) pontos.

5.5. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Será opcional.

5.6. ATIVIDADE DE EAD

Aulas expositivas, mesclando a teoria com casos práticos apresentados pelos docentes por meio de suas experiências profissionais e acadêmicas.

5.7. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE UNIDADES CURRICULARES CURSADAS ANTERIORMENTE

O aproveitamento de estudos dar-se-á por equivalência ou isenção de disciplinas, caso o(a) aluno(a) já tenha cursado disciplina com carga horária e conteúdo programático compatíveis ou idênticos entre si. O pedido de aproveitamento de disciplinas será analisado pela coordenação do curso.

6. Coordenação do Curso

6.1. COORDENADOR DO CURSO

Geilza Fátima Cavalcanti Diniz

Doutora em Direito pelo Uniceub (2014) e Mestra em Direito Público pela UFPE (2002). Juíza de Direito do TJDF, tendo sido aprovada em 1º lugar no concurso e com a maior média final da história do Tribunal. Autora de livros e artigos jurídicos. Professora de Processo Penal e Técnica de Sentença Criminal e Professora universitária (UFRR e Uniceub).

E-mail: geilzadiniz@gmail.com

Telefone: (61) 98112-7373

6.2. CORPO DOCENTE

Unidade Curricular	Docente(s)	Titulação	Carga Horária
Direito Administrativo	Gustavo Scatolino	Especialista	60h
Direito Constitucional	Aragonê Fernandes	Especialista	70h
Direitos Humanos	Alice Rocha	Doutora	20h
Direito Processual Penal I	Geilza Diniz	Doutora	30h
Direito Processual Penal II	Nestor Távora	Mestre	30h
Atuação Prática Criminal do MP	Thiago Pierobom	Mestre	15h
Direito Civil	Daniel Carnacchioni	Mestre	25h
Direito Penal	Dermeval Farias	Mestre	30h
Direito Penal – Parte Especial	Fábio Roque	Mestre	30h
Direito Processual Civil I	Jayder Ramos	Especialista	30h
Direito Processual Civil II	Mozart Borba	Especialista	40h
Tutela dos Direitos Difusos e Coletivos	Pablo Barreto	Mestre	15h
Lei Complementar Institucional do MP	Raquel Tiveron	Doutora	10h
Atuação Prática Cível do MP	Fabiano Pelloso	Mestre	15h
Metodologia da Pesquisa Científica (opcional)	Julianna Moreira	Mestra	40h

6.3. BIBLIOTECA

Não haverá uma biblioteca física, em razão da natureza do curso. Caberá ao docente indicar em aula a bibliografia básica e complementar.

7. Estágio

7.1. Este curso de pós-graduação contempla, como diretriz curricular, apenas o estágio não obrigatório, assim considerado aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular obrigatória, nos termos da Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, devendo-se celebrar Termo de Compromisso de Estágio, como Instrumento Jurídico entre a Instituição de Ensino, a parte Concedente e o estagiário em cláusulas que estabeleçam as condições gerais (vigência, eventual bolsa e jornada de trabalho, compatível com as atividades escolares e nos limites legais) bem como as obrigações da Instituição de Ensino, em relação aos estágios de seus educandos; e as obrigações da parte concedente.

7.2. As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo aluno, são equiparadas ao estágio.

7.3. Deve-se haver compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no Termo de Compromisso de Estágio.

7.4. O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da Instituição de Ensino e por Supervisor da parte concedente, comprovado por vistos em relatórios de atividades a serem apresentados pelo aluno, em prazo não superior a 6 (seis) meses, e por menção de aprovação final.

7.5. Os relatórios periódicos e o final devem ser apresentados à instituição de ensino, com a descrição pormenorizada das atividades, inclusive com a natureza do estágio e jornada, e com a assinatura do supervisor da parte concedente.

7.6. Os relatórios periódicos do estagiário serão incorporados ao Termo de Compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do aluno.

7.7. Quando devidamente formalizado, as atividades de estágio podem, a pedido do interessado ser acrescidas à carga horária regular e obrigatória, com o objetivo de acrescentar a carga horária respectiva como atividade complementar no certificado.